SENTENÇA

Autos 0000916-62.2018.827.2722

Requerente: MADIAN DIAS RODRIGUES

Requerido: GRUPO KROTON (ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A).

I – RELATÓRIO

Trata-se de **pedido de indenização por danos materiais e morais** ajuizado por **MADIAN DIAS RODRIGUES** em desfavor de **GRUPO KROTON (ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A)**, todos qualificados na inicial.

Aduz o requerente que

“Na condição de acadêmico da primeira requerida, cursou até o 5º período quando no final de fevereiro de 2017 se deu o fechamento da unidade em Gurupi. Houve alternativa de transferência para a unidade da Unopar sob promessa que a grade seria compatível, que o valor das mensalidades seria o praticado pela Anhanguera Educacional e que teria um desconto de 20% na mensalidade, Vide Tac-Propac nº 01/2017 assinado pelas partes e a Defensoria Pública do estado do Tocantins no dia 27 de abril de 2017. No entanto, ao tentar dar continuidade aos estudos através da segunda promovida, se deparou com a desconsideração de várias matérias e a obrigatoriedade de pagamento de muitas outras, além de cobrar nova matrícula, em completa falta de sintonia com o prometido e o TAC assinado. Além do mais, a primeira promovida tinha 15 (quinze) dias para ressarcir o autor, e passado quase um ano, somente fez o ressarcimento irrisório de R\$622,68 (seiscentos e vinte dois reais e sessenta e oito centavos), apesar do requerimento para tanto ter sido protocolado junto à UNOPAR no dia 26/06/2016, e no qual requeria o ressarcimento dos valores de mensalidades pagas até o 5º período do curso de administração. Verifica-se, portanto, que na impossibilidade de dar continuidade aos estudos através da segunda promovida devido às alterações significativas na grade curricular e pela desconsideração das matérias cursadas, pela não devolução dos valores pagos no prazo

de 15 (quinze) dias pactuado no TAC (termo de ajustamento de conduta), sentindo-se ultrajado e desrespeitado no seu direito, vem o autor em busca de tutela jurisdicional, para que V. Ex.^a determine as promovidas a cumprirem o pactuado, bem como as condene em dano material e moral. Eis, portanto, os fatos.”

Concluindo sua peça inicial requer, entre outros pedidos, a procedência a ação e a condenação em dano material e moral.

No evento 4 foi deferida a gratuidade judiciária e determinada citação.

Evento 16, 2.4.2018, tentativa de conciliação, sem êxito.

Contestação, no evento 19, apresenta impugnação à gratuidade judiciária, aduz que o requerente não apresentou documentação necessária para continuar os estudos e foi indeferido seu pedido, reconhece que deve devolver apenas parcialmente os valores pagos pelo requerente. **Confessa a dívida em montante superior ao pedido pelo Autor** aduzindo o que segue:

*“Assim, por não ter apresentado a documentação necessária para sua transferência o requerente, em 26.6.2017, apresentou pedido de restituição dos valores por ele pagos. Antes de adentrar a insubsistência das alegações do requerente quanto ao descumprimento do TAC, deve-se ressaltar que ele sequer apresentou relatório financeiro ou comprovantes de pagamento que demonstrassem os valores por ele pagos perante a IES requerida. **De toda sorte, conforme extrato financeiro ora anexado (doc. 2), a UNIDERP informa que o requerente efetuou pagamento da quantia de R\$ 8.930,68 (oito mil, novecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos); porém, uma vez que o requerente apenas pugnou pela restituição da quantia de R\$ 4.136,75 (quatro mil, cento e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos), impõe consignar, desde logo, que este r. Juízo está adstrito apenas a analisar o valor expressamente indicado pelo requerente em seu pedido e causa de pedir.** Feita esta inicial consideração, impõe informar que o requerente foi de fato restituído pela quantia de R\$622,68 (seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos) em 1.6.2017, conforme se infere do documento por ele mesmo anexado às fls. 21, ou seja, antes mesmo do requerimento de restituição formalizado em 26.6.2017. Posteriormente, em 14.6.2018, a IES requerida agendou a transferência do montante de R\$8.308,00 (oito mil, trezentos e oito reais) que totalizariam assim o valor total pago pelo discente, conforme se infere do print de tela extraído do sistema financeiro da IES. Contudo, por razões alheias à vontade da IES requerida, o pagamento*

foi rejeitado pelo banco, impossibilitando que a transferência fosse efetivada. Desta feita, resta demonstrado que em nenhum momento houve resistência da IES requerida quanto ao pagamento acordado. Neste cenário, a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente nos termos do art. 487, inciso I do CPC. Na eventualidade de este não ser o entendimento de Vossa Excelência, este Juízo apenas e tão somente poderá condenar a restituição da quantia de R\$4.136,75 (quatro mil, cento e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos), pois fora essa quantia que constou expressamente no pedido e na causa de pedir do requerente, sob pena de violação ao princípio da adstrição". (Destaquei)

Alega a inexistência de fundamentos para condenação em dano moral e ao final requer a improcedência dos pedidos.

Em réplica o autor alega que foi deferida a assistência judiciária com base em seu extrato bancário, **alega que a instituição retirou seu sonho de concluir o curso** e que assinou o TAC na confiança de que a instituição cumpriria.

Eventos 27 e 29 as partes requereram o julgamento antecipado da lide.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

É caso, com efeito, de julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porque a questão de mérito é de direito e de fato, porém as provas trazidas aos autos são suficientes ao convencimento do julgador, à vista da teoria da causa madura. Ademais, as partes informaram a ausência de outras provas a produzir e pediram o julgamento antecipado. Saliento que o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa¹, já que cabe ao magistrado zelar pela rápida solução do litígio, nos termos do CPC, art. 139, inc. II, indeferindo eventuais diligências que considere inúteis ou meramente protelatórias (CPC, art. 370, parágrafo único).

Ao discorrer sobre o tema, leciona Ricardo Alexandre da Silva:

---

¹ STF RE n. 101.171-8, rel. Min. Francisco Rezek, j. 05.10.1984

“O fundamento para aplicação do dispositivo é a desnecessidade de produção de outras provas além das que foram trazidas pelas partes na petição inicial e na contestação. E a prova trazida pelas partes na inicial e na contestação é precisamente a prova documental, conforme assenta o artigo 434 do CPC/2015. Logo, o juiz deverá julgar antecipadamente o processo sempre que para a formação de seu convencimento bastarem as provas documentais, as quais, por expressa determinação legal, devem ser produzidas pelas partes na inicial e na contestação”. (Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil/ Teresa Arruda Alvim Wambier... [et al.] – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p.957).

Na espécie, as provas acostadas, bem como os arquivos e documentos colacionados, permitem a análise e julgamento do mérito da demanda.

Conforme se verifica **a parte requerida reconhece que deve ao autor a devolução de valores por ele recolhidos à instituição anterior**. Aduz, porém, que não efetivou a restituição total por questões alheias à sua vontade. Não comprovou, porém, tal alegação. **Mostra-se estranha que a instituição tenha conseguido efetivar a transferência de um valor menor e não alcançou a realização da transferência do valor que de fato deveria, embora reconheça que de a obrigação**.

Portanto, constata-se que ao deixar de realizar a transferência de todo o valor devido a Requerida não cumpriu o pactuado e assumiu a responsabilidade pela inadimplência em relação ao TAC. Há que ressaltar a previsão do Termo de Ajustamento de Conduta o qual prevê a ausência de outras responsabilidades indenizatórias por parte das partes, desde que cumprido o ajustado. O que efetivamente não ocorreu neste caso.

Trata-se de responsabilidade civil por conduta irregular da requerida. Como se verifica o autor alegou que requereu a devolução dos valores pagos, a requerida anuiu a esta informação. Há nos autos comprovação desta alegação, logo trata-se de matéria incontroversa. Incontroversa também devolução a menor, conforme consta na própria contestação. Assim, os danos materiais estão evidentes.

Cabe salientar a relação de consumo existente neste caso. A Requerida é uma instituição de ensino que fornece serviços educacionais e o aluno um tomador final destes serviços, logo consumidor. Assim, a inversão do ônus da prova é previsto em lei, conforme disposto no artigo 6º, do CDC. Cumpre, portanto, à parte requerida demonstrar que cumpriu integralmente o TAC com o autor.

É relevante e merece efetivo destaque a posição adotada pela parte Requerida ao assumir que deve uma quantia maior que aquela reivindicada pelo Autor da ação, porém, afirmar que em razão de regras processuais o direito material deve ser ignorado. Ou seja, é a institucionalização efetiva da desonestidade. Torna-se mais grave quando praticada por uma instituição de ensino que deveria assumir o ônus de demonstrar zelo pelo que é honesto e correto, pois é sua função essa atividade, seu produto lançado no mercado é o ensino. Mostra-se estranho um ramo empresarial dedicado a ensinar, a transmitir conhecimentos e buscar formar profissionais para atuar no meio social reconhecer o direito material e se firmar em regras processuais para se furtar à responsabilidade.

Neste caso o que se observa é que a empresa requerida reconhece a dívida e deveria ter efetuado o pagamento e evitado o prolongamento da demanda. Saliento, já poderia ter se antecipado e, quando verificado a inconsistência na devolução do valor, como afirmou na contestação, poderia ter se utilizado **inclusive** de **regras processuais** existentes como a ação de depósito em consignação para solucionar a questão e evitar uma lide. Afinal, como uma Instituição de renome e de grande porte, certamente possui um corpo jurídico preparado e capaz de resolver questões simples como estas evitando assoberbar o judiciário para depois alegar que reconhece a dívida, porém não poderá o Judiciário condená-la a pagar o que deveria realizar por iniciativa própria em razão de uma regra restritiva do pedido do autor.

Neste ponto cumpre ressaltar que o princípio da congruência ou da adstrição ou correlação conduz à necessidade de o julgador ficar restrito ao pedido. Mas, há que se ressaltar o atual movimento doutrinário e jurisprudencial que busca uma releitura destes clássicos princípios, que são bons, porém não absolutos. A leitura atual se pauta pela visão constitucional, pois estes princípios do processo civil foram talhados sob a índole patrimonialista e legalista. Assim, sem adentrar pela seara do ativismo judicial ou a realização de decisões que invadam a seara não jurídica, há que se repensar as regras advindas destes princípios, mormente ante o caso concreto e nas circunstâncias desta ação. Em caso específico como este o magistrado há que se evadir do dogmatismo e da passividade e se tornar atuante e presente para realizar uma releitura à luz das regras atuais da constituição, do

código civil e do atual CPC que trabalham a ideia de boa fé e colaboração entre os atores do processo.

Porém, ainda que não se faça longas digressões no campo principiológico, há que se trazer à colação o que, o mesmo código buscado pela parte requerida, o CPC, reza em seu artigo 322, parágrafo segundo, a saber:

§ 2º A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.

Conforme se verifica a regra do código de processo civil mitiga a interpretação restritiva do pedido e menciona a interpretação segundo a boa-fé. Há, parece-me, um rompimento com concepção anterior da jurisdição e permite uma posição mais intervencionista pelo juiz para que este proceda à adequação do bem da vida buscado pelo Requerente. Observa-se que o caso não é de intervenção, de ativismo ou qualquer outra subjetividade que se queira alegar. Apenas uma necessidade de aplicar o direito objetivo, a boa fé e, até mesmo o processo civil ao evitar novas demandas, já que há o direito de ação que será buscado, provavelmente, se não resolvida a lide em definitivo. Portanto, uma vez reconhecido o justo, ante a afirmação da própria parte requerida que reconheceu a dívida, evitar nova demanda futura para receber o remanescente é medida necessária. E mais, a Instituição Requerida assinou um termo e se comprometeu em cumpri-lo. Não o fez, reconheceu isto e ainda deseja prolongar a lide com decisão menor que a conduta que se propôs a realizar quando assumiu publicamente o termo de ajustamento. Nestes termos, a devolução do valor dos danos materiais deve se realizar pelo valor efetivamente devido, ainda que superior ao pedido.

Quanto ao dano moral perquirido há que salientar que a responsabilização civil exige a existência do dano, a conduta e o nexos de responsabilidade. Ademais, cumpre salientar que o dever de indenizar é calculado pela extensão do dano, conforme previsto no código civil. Ficou patente a responsabilidade da requerida, pois assinou um termo de adequação e não se conduziu consoante o pacto firmado. Depois de descumprir foi necessário ao requerente buscar o judiciário para reaver o que lhe é devido, mesmo reconhecido pela empresa requerida.

Portanto, ficou incontroversa a obrigação da Requerida e, sua posição insolente demonstrando sua superioridade técnica, econômica e administrativa sobre o consumidor de seus serviços apequenou o requerente, pois foi demonstrado desprezo e indiferença ante o requerimento do autor. Esta demonstração mostra-se mais clara quando se tem presente que a Requerida sabia que devia e não efetuou a devolução obrigando o acionamento do judiciário. Mostra-se presente a conduta e o nexo dela em relação à ocorrência.

O dano moral é aquele que afeta a personalidade, ou seja, valores morais e/ou a dignidade da pessoa, valores da pessoa em si e não material. Portanto, decorre de ocorrências que ofendem a moral e/ou a dignidade da pessoa. O que se observa, neste caso, é um apequenamento do consumidor face à superioridade da Instituição demandada que causa na pessoa, ao ser tratada com indiferença, um sentimento angustiante de incapacidade e impotência perante a instituição, capaz de gerar sofrimento psicológico além do mero dissabor.

Quanto ao valor há que se ter presente a extensão do dano. O processo não traz provas capazes de demonstrar que tenha ocorrido um dano em grau extenso. Assim, há que se fundar no grau mínimo e na função pedagógica deste caso, que para uma Instituição de Ensino é desnecessário expandir o esclarecimento, pois trata de uma de suas funções, logo já lhe é conhecida. Assim, há que se considerarem as circunstâncias do caso e a necessidade de aplicar um valor que tenha também efeitos pedagógicos.

Finalmente, em relação à impugnação à gratuidade de judiciária deferida, entendo que assiste razão à Impugnante. De fato o deferimento do benefício, em um primeiro momento, se funda em elementos relativos sujeitos a revisão. Com a impugnação e analisando mais acuradamente constata-se que o autor sequer juntou aos autos declaração de hipossuficiência de acordo com a determinação da Corregedoria Geral de Justiça, item 2.18.1 do Provimento Consolidado da CGJUS-/TO.² Ademais, o extrato de conta corrente, apenas, não demonstra a ausência de capacidade de recolhimento dos tributos. As custas judiciais são tributos e apenas podem ser dispensadas

---

²

[1] 2.18.1 - Os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita serão deferidos pelo Juiz do feito ou Diretor do Foro, a requerimento da pessoa interessada, diante de declaração de insuficiência de recurso, que poderá ser feita de próprio punho ou por procurador com poderes especiais, de que não está em condições de pagar as custas do processo e honorários do advogado, sem prejuízos do próprio sustento, ou de sua família (artigo 4º da Lei 1.060/50), exigindo-se que sejam apontados os rendimentos do declarante.

ou adiado o recolhimento com base legal, cumpridos os requisitos. Assim, entendo que não foi comprovada a necessidade conforme determina a CF, bem como não se observou a regra do Provimento da Corregedoria. Destarte, revogo a decisão do evento 3, exclusivamente na parte que deferiu a gratuidade judiciária.

III – DISPOSITIVO

Ex positis, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos formulados pela parte autora. Resolvo o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Condeno o Requerido **GRUPO KROTON (ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A)** a pagar ao Requerente **MADIAN DIAS RODRIGUES**, a título de compensação por danos morais, o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), com juros e correção a partir desta data.

Condeno ainda a Requerida a devolver todo o valor pago pelo Autor, na importância de **R\$8.930,68** (oito mil, novecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos), descontado o valor de **R\$622,68** (seiscentos e vinte dois reais e sessenta e oito centavos), corrigido monetariamente desde a data do pedido **26.6.2017** e com juros de 1% ao mês, a partir da citação **(8.3.2018)**.

Condeno, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas judiciais e taxa judiciária. Fixo honorários de sucumbência em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do CPC.

Após, cumpridas as formalidades legais, dê baixa nos autos com as cautelas de praxe.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se

Pium, TO, data certificada pelo sistema e-Proc.

Jorge Amâncio de Oliveira
Juiz de Direito em auxílio ao NACOM³

---

³ Portaria nº 1360, de 28 de junho de 2018.